

INSTITUTO
 Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte: Diário de Cuiabá (MT)
 Data: 12/6/1997 Pg.
 Class.: 195

LUX JORNAL

DIÁRIO DE CUIABÁ
 CUIABÁ — MT

PUBLICADO EM:
 * 1 JUN 1997

(152) (369) (400) (367) (190) (110) ONGS X BIRD 14

Empréstimo deve ser condicionado a cumprimento de acordo ambiental

Isso é o que querem o fórum de ongs ambientalistas em documento entregue semana passada a representante do Bird



As ongs cobram a criação do Plano de Ação Sararé até 15 de junho, conforme promessa do próprio governo do estado

ANSELMO CARVALHO PINTO
 Da Reportagem

O Fórum Mato-grossense do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad) enviou quarta-feira passada ao escritório do Banco Mundial em Mato Grosso ofício pedindo o condicionamento do empréstimo de R\$ 45 milhões que o estado deseja para a reforma administrativa (veja matéria à parte) ao cumprimento imediato de pelo menos duas dezenas de promessas elaboradas pelo governo na Ajuda Memória, documento assinado ao final da análise do novo modelo do Prodeagro.

O Formad, composto por cerca de 40 ongs e entidades de classe, é um dos representantes da sociedade civil no Prodeagro, projeto financiado pelo Bird.

“Não estamos querendo dificultar o empréstimo ao governo”, disse um dos diretores do Formad, Roberto Vizentin. “A proposta é para que o Estado mostre sua capacidade, até agora não comprovada, de cumprir compromissos firmados”.

O documento entregue ao representante do Bird no Estado, Francesco Vitta, pede atenção ao cumprimento das cláusulas propostas até dia 15 de julho.

No componente indígena, uma das divisões do Prodeagro, o Formad pede atenção especial à promessa de criação do Plano de Ação Sararé (veja matéria abaixo) até dia 15 de junho, conforme o que prevê a Ajuda Memória. “O banco precisa exigir que o governo cumpra o que escreveu”, disse Vizentin.

Em outro ponto do documento, o fórum alerta para o dia 15 de julho como o limite, prometido pelo próprio governo estadual, de assinatura do decreto que cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

No documento, o fórum diz que o governo não tem mostrado capacidade administrativa, política e institucional no cumprimento de acordos estabelecidos no projeto.

O fórum não está sozinho quando considera o governo incapaz de cumprir as cláusulas básicas para a execução do Prodeagro. O Meio-Termo, documento assinado por consultores independentes ano passado, já questionava a capacidade técnico-institucional do governo em executá-lo.

E em março, o Ministério Público Federal apontou a falta de vontade política, especialmente no que diz respeito à reserva indígena Sararé, dos índios nhambiquaras, em Pontes e Lacerda, 494 quilômetros a oeste de Cuiabá.

O Formad não tem qualquer poder sobre as decisões do Bird, embora mantenha diálogo. “Se o banco diz que quer a participação da sociedade no Prodeagro, então chegou a hora de provar”, disse Vizentin. “A maneira de fazer isso é levando em consideração nossa proposta”.

Na sexta-feira venceria o prazo de criação do Fórum Permanente para a Política Fundiária. Tal organização teria representação de entidades civis e trataria principalmente da reformulação do componente ambiental, outra das divisões do projeto.

Bird constata temor entre nhambiquaras

Da Reportagem

Na visita que fez à reserva indígena Sararé, em Pontes e Lacerda, dia 28 de abril, a missão do Banco Mundial detectou degradação ambiental, temor entre os índios e insistência da atividade garimpeira. Foi a oficialização do que já se sabia há muito.

No Ajuda Memória, documento assinado por governo do Estado e Banco Mundial, a missão faz observações graves com relação à reserva indígena. A reportagem do DIÁRIO teve acesso à cópia.

“Verificou-se grande extensão de terras degradadas ao longo dos rios Água Suja e Sararé”, diz um trecho do Ajuda Memória.

Mais à frente a missão revela o sentimento de temor entre os índios. Eles agora estão confinados a

apenas um pedaço da área, ao contrário do que faziam antes, quando se espalhavam ao longo da reserva.

Pesca, colheita e caça sofreram alterações em virtude das invasões. De acordo com o documento, o aliciamento de comerciantes e garimpeiros causou nos índios dependência de produtos manufaturados.

Outra constatação é a insistência de grupo de garimpeiros em reinvidar a área. “Existem indícios de que madeiros estejam agindo no interior da reserva, preparando a retirada de toras derrubadas durante a ocupação do ano passado”, diz trecho.

Apesar de barreiras montadas pela polícia militar em dois pontos estratégicos, ainda existem outras estradas que poderão dar acesso à

reserva, de acordo com a missão do Bird.

Em Pontes e Lacerda, comerciantes e líderes políticos estariam sustentando a possibilidade de retorno ao garimpo da reserva. A missão cita a invasão da área da mineradora Santa Elina como consequência do clima de instabilidade e desrespeito à lei que impera entre os garimpeiros.

As observações da missão do Bird determinaram a criação do Programa de Ação Sararé (PAS), cujo esboço o governo deverá apresentar ao banco até 15 de junho.

O Bird exige que o projeto do PAS especifique as ações, órgãos envolvidos, prazos, metas específicas com datas e custos previstos.

(ACP)

Empréstimo concluirá processo de reforma administrativa

KLEBER LIMA
 Da Reportagem

As negociações do Governo do Estado para a viabilização do empréstimo de US\$ 45 milhões junto ao Banco Mundial (Bird) foram tratadas pela última vez há cerca de 15 dias, quando os secretários Edson Garcia, do Planejamento, Guilherme Müller, de Governo, e Maurício Magalhães, da Administração, estiveram em Washington, capital dos Estados Unidos, para negociar pessoalmente os termos do contrato com a instituição financeira.

Segundo a assessoria da Sepplan, na ocasião a missão mato-grossense chegou a um bom termo com o Bird, que liberaria US\$ 45 milhões, quando a proposta inicial era de US\$ 40 milhões. O

encontro definiu que o pagamento do empréstimo, que deve servir para o Governo do Estado concluir o processo de Reforma e Modernização Administrativa, teria um perfil de longo prazo, reajustado por índices internacionais de variação do dólar, o que não ultrapassaria 10% ao ano, segundo a assessoria.

Para sacramentar a contratação do empréstimo, contudo, o Conselho Deliberativo do Bird terá ainda que referendar o negócio. Do lado brasileiro o empréstimo depende de aprovação do Senado Federal, o que deve ser articulado pelo Palácio Paiaguás não apenas com a bancada de Mato Grosso mas também com os líderes do Governo Federal no Senado. A estimativa do Governo é assinar o contrato até julho.